

DOI: 10.18468/pracs.2016v9n1.p177-191

Representações da urbanização do Tocantins: pontos para uma discussão

Ana Carolina de Oliveira Marques¹, Eguimar Felício Chaveiro²
e Luciana Silva Lima³

1 Mestre em Geografia. Doutoranda do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Brasil. E-mail: carol.geografia@hotmail.com

2 Doutor em Geografia. Professor no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Brasil. E-mail: eguimar@hotmail.com

3 Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: cininhalima83@gmail.com

RESUMO: Pelas reflexões trazidas nesse trabalho deseja-se expor chaves, pressupostos e linhas de interpretação da urbanização no Tocantins. Para isso, contou-se com entrevistas feitas com intelectuais e pesquisadores que se ocupam com a temática. Valeu-se também de interrogações surgidas no interior do debate institucional, estatal e do senso comum. Defende-se que a interpretação de Tocantins, sob a mediação da abordagem territorial, supõe entrever o jogo de escalas que colocam esta fronteira em conexão ao país e ao mundo. São essas conexões que dão sentido aos seus espaços e lugares, e que, portanto, elucidam a posição da cidade tocantinense na dinâmica territorial e urbana brasileira. Além disso, enunciam a diferencialidade espacial como componente ativo, concreto e especificador. Podendo, assim, falar em urbanização do Tocantins sem exilar-se do externo e sem desconsiderar o interno – e suas mediações dialéticas.

Palavras-chave: representações, urbanização, Tocantins, território.

Representations of the urbanization Tocantins: points for discussion

ABSTRACT: The reflections brought this work, want to expose keys, assumptions and interpretation lines of urbanization in Tocantins. Was held interviews with intellectuals and researchers dealing with the topic. It is also worth of questions that arise inside the institutional debate, state and common sense. It is argued that the interpretation of Tocantins, under the mediation of a territorial approach, assumes a glimpse of the game scales that put this boundary in connection to the country and the world. It is these connections that give meaning to their spaces and places, and therefore, clarify the position of Tocantins city in Brazilian territorial and urban dynamics. In addition, the space differentiality as active component, concrete and specifier. Can thus speak in Tocantins urbanization without exile from the outside and without disregarding the internal - and their dialectical mediations.

Keywords: representations, urbanization, Tocantins, territory.

1 INTRODUÇÃO

Por meio de um conjunto de atividades acadêmicas, de pesquisa e de atividades pedagógicas organizadas no interior do projeto Casadinho/CNPO, tem sido possível construir um canal de diálogo com pesquisadores do território tocantinense. As trocas de saberes, os vínculos com diversos lugares e temas por intermédio de pesquisas

de campos, levantamento de dados, realizações de colóquios, ajudam na edificação de prismas teórico-metodológicos que potencializam a leitura geográfica dessa imensa fronteira, ligando-a à totalidade do país e dedicando-se a compreender a sua singularidade entrelaçada ao tempo/espaço do mundo.

As intervenções de pesquisadores como Roberto dos Santos, Elizeu Lira, Kelly Besa, Adão Francisco de Oliveira, Carol Busch, Denis Carloto, José Pedro, Marcileia Bispo, juntamente com Manoel Calaça, Maria Geralda de Almeida, Celene Cunha, Marcelo Mendonça, Ariovaldo Umbelino de Oliveira – e de outros – geraram apontamentos, interrogações, sugestões e críticas consoantes ao que denominamos abordagem territorial do Cerrado.

De forma particular, defende-se que a interpretação de Tocantins, sob a mediação da abordagem territorial, supõe entrever o jogo de escalas que colocam esta fronteira em conexão ao país e ao mundo. São essas conexões que dão sentido aos seus espaços e lugares. E motivam a elucidar a diferencialidade espacial como componente ativo, concreto e especificador. Por isso, pode-se falar em urbanização do Tocantins sem exilar-se do externo e sem desconsiderar o interno – e suas mediações dialéticas.

No caso das reflexões desse trabalho, deseja-se expor chaves, pressupostos e linhas de interpretação do tema em questão. Para isso, contou-se com entrevistas feitas com intelectuais e pesquisadores que se ocupam com a temática. Valeu-se também de interrogações surgidas no interior do debate institucional, estatal e do senso comum. Por exemplo: interroga-se se há pontos de convergência e redes de causalidades entre a urbanização tocantinense e a urbanização amazônica; questiona-se se a urbanização tocantinense poderá ser compreendida pelas transformações do Cerrado brasileiro, notadamente pelas transformações de Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do sul.

Por fim, considerar-se que a dinâmica da produção geográfica brasileira das últimas décadas, rica e contraditória, tem permitido contornar o ângulo teórico e filosófico da leitura das regiões e dos lugares do território brasileiro; especialmente, tem aberto portas para que as interpretações sejam descentralizadas do eixo hegemônico da economia nacional e da produção científica: o Sudeste.

Esse expediente tem democratizado o modo de ver o Brasil, de conhecer a vastidão de seus lugares, de sua gente – e de seus espaços. E chancela também novas parcerias intelectuais, como é o caso deste trabalho cujo diálogo se estende com pesquisadores da Amazônia.

2 A URBANIZAÇÃO DE TOCANTINS: PARA ABRIR O DIÁLOGO

A diversidade paisagística do Tocantins, derivada de variações ambientais, sujeitos e trajetórias socioespaciais distintas, coloca um desafio central à análise geográfica da urbanização: identificar as determinações que impõem verticalidades aos múltiplos espaços, e como as diferenças são atingidas e se articulam nesse invisível ope-

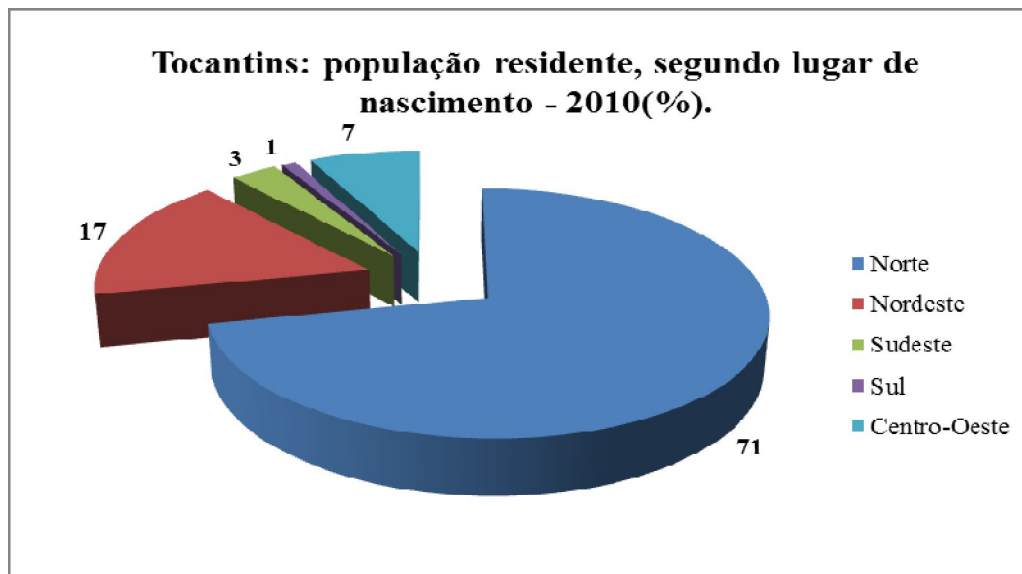
rante. Essas diferenças podem, inclusive, distrair o pesquisador, convencendo-o da ausência de uma ordem e distribuição espacial comum às cidades. Nesse equívoco, perde-se de vista os traços e as regularidades que dão ao Tocantins uma função na dinâmica territorial e urbana brasileira.

A abordagem material e histórica herdada de uma tradição com forte influência marxista, permite a leitura dessa “realidade aparente” por meio da categoria trabalho – conforme pontuado no próximo tópico. O fato é que, no percurso indicado, o conhecimento das formas que objetos e ações (SANTOS, 2006), apresenta-se fundamental para “abrir o debate”. Para a tarefa de apresentar a urbanização do Tocantins, julga-se preponderante pensar algumas ocorrências que permitem traçar perfis de sujeitos e cidades/municípios.

Sobre o Tocantins, a base de dados estatísticos disponibilizada na página eletrônica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015) –, na série “estados”, traz índices relevantes para o presente trabalho: uma população de 1.383.445 habitantes, da qual 78% reside em área urbana; índice de Gini equivalente a 0,47 e 41,28% da população abaixo da linha da pobreza. Diante do exposto, pressupõe-se como campo de estudo, territórios fortemente marcados pela desigualdade social e pela concentração de renda.

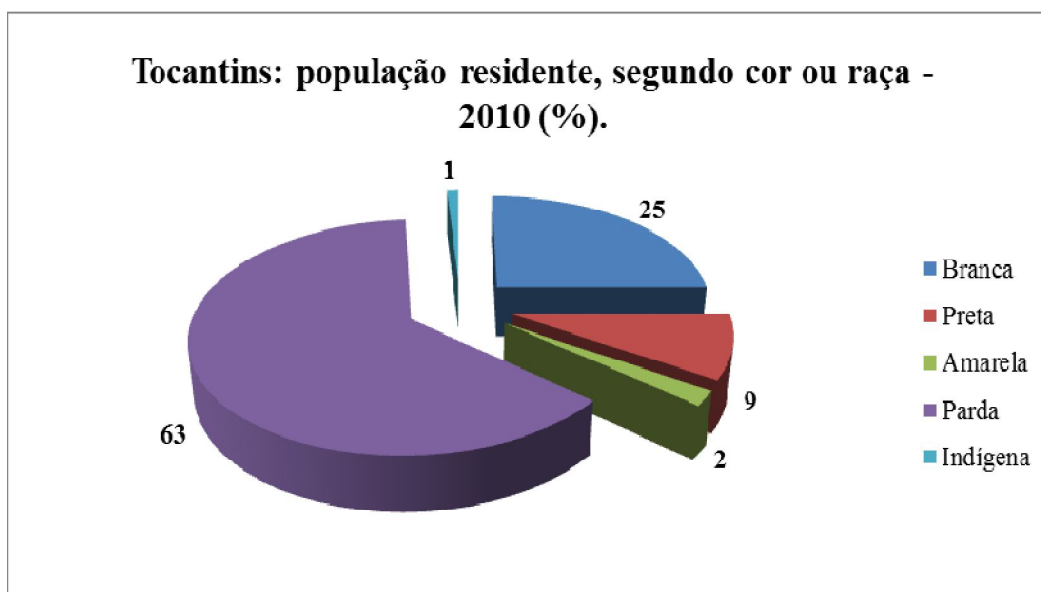
Dados do IBGE e da Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas da Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins (SEPLAN, 2010), colocam o período de 1980 a 1991 como marco da passagem de uma população majoritariamente rural para a urbana, revelando um estado que legitima-se, em 1989, já com uma “vocaçãõ” urbana. Desta forma, a migração campo-cidade dos finais do século XX se apresentou como estratégia política para um projeto de estado, ancorado a um modelo econômico que logo se revelou.

Os grupos de sujeitos que compõem as cidades tocaninenses formam um público específico: em sua maioria, migrantes do Norte e Nordeste brasileiros que buscava “ganhar a vida” na nova capital. Particularidade, ganha relevo na cultura popular e sobressalta nos espaços públicos tocaninenses: as festas religiosas, os carnavais, as folias. Heranças de um povo que constrói urbanidades próprias, em constante luta contra a invisibilidade que lhes é imposta.



Fonte: IBGE, 2015. Elaboração: Marques, Ana C. O. nov. 2015.

Além do lugar de origem, variáveis étnicas contribuem para o entendimento da posição social dos sujeitos que habitam as cidades tocantinenses:



Fonte: IBGE, 2015. Elaboração: Marques, Ana C. O. nov. 2015.

A composição do gráfico invisibiliza o problema da identidade racial destacado, por exemplo, por movimentos negros. A auto-identificação como pessoa de cor/raça parda, numa nação – e sobretudo se tratando de migrantes do Norte e Nordeste brasileiros – de origem africana é, nesse sentido, contestável. Polêmica à parte, percebe-se claramente no Tocantins o traço brasileiro da “mestiçagem”, sobretudo no universo das camadas populares.

Compreendido, ainda que genericamente, o perfil da população tocantinense, a investigação segue com o perfil dos municípios. Abaixo, uma tabela disponibilizada pela SEPLAN-TO expressa a distribuição dos municípios por quantitativo populacional, nos últimos 23 anos.

DISTRIBUIÇÃO POR TAMANHO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS 1991, 2000, 2010, 2013 e 2014					
Classes de Tamanho da População	1991	2000	2010	2013	2014
Total	79	139	139	139	139
Até 2.000	-	16	10	9	9
De 2.001 a 5.000	20	64	64	63	61
De 5.001 a 10.000	29	37	39	39	41
De 10.001 a 20.000	20	12	16	17	18
De 20.001 a 50.000	8	7	7	7	6
De 50.001 a 100.000	1	1	1	2	2
De 100.001 a 500.000	1	2	2	2	2
Mais de 500.000	-	-	-	-	-

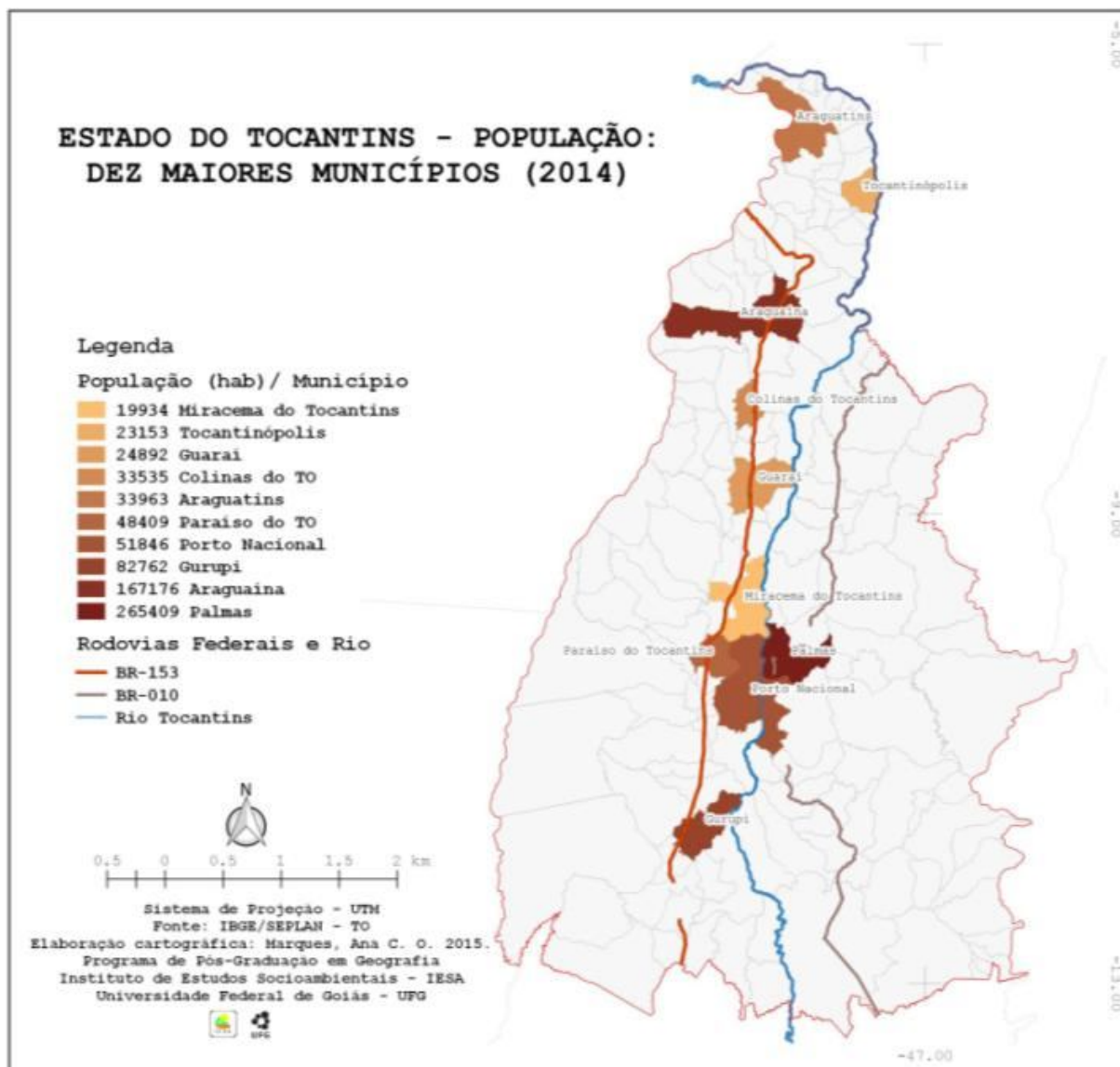
Fonte: IBGE/SEPLAN-TO/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas

Fonte: IBGE/SEPLAN, 2015.

De início, cabe afirmar o salto quantitativo dos municípios na década de 1990: de 79 a 139 municípios. O investimento na criação e emancipação de localidades neste período revela a continuação das estratégias políticas de reordenamento territorial da década que antecedeu a criação do estado. Tocantins se consolida, pois, com uma rede urbana composta, predominantemente, por pequenos municípios (de 2.001 a 5.000 habitantes).

A distribuição espacial dos municípios que foge a esse padrão (vide Mapa 1) direciona a presente abordagem da dinâmica urbana tocantinense para o papel da infraestrutura na formação do território.

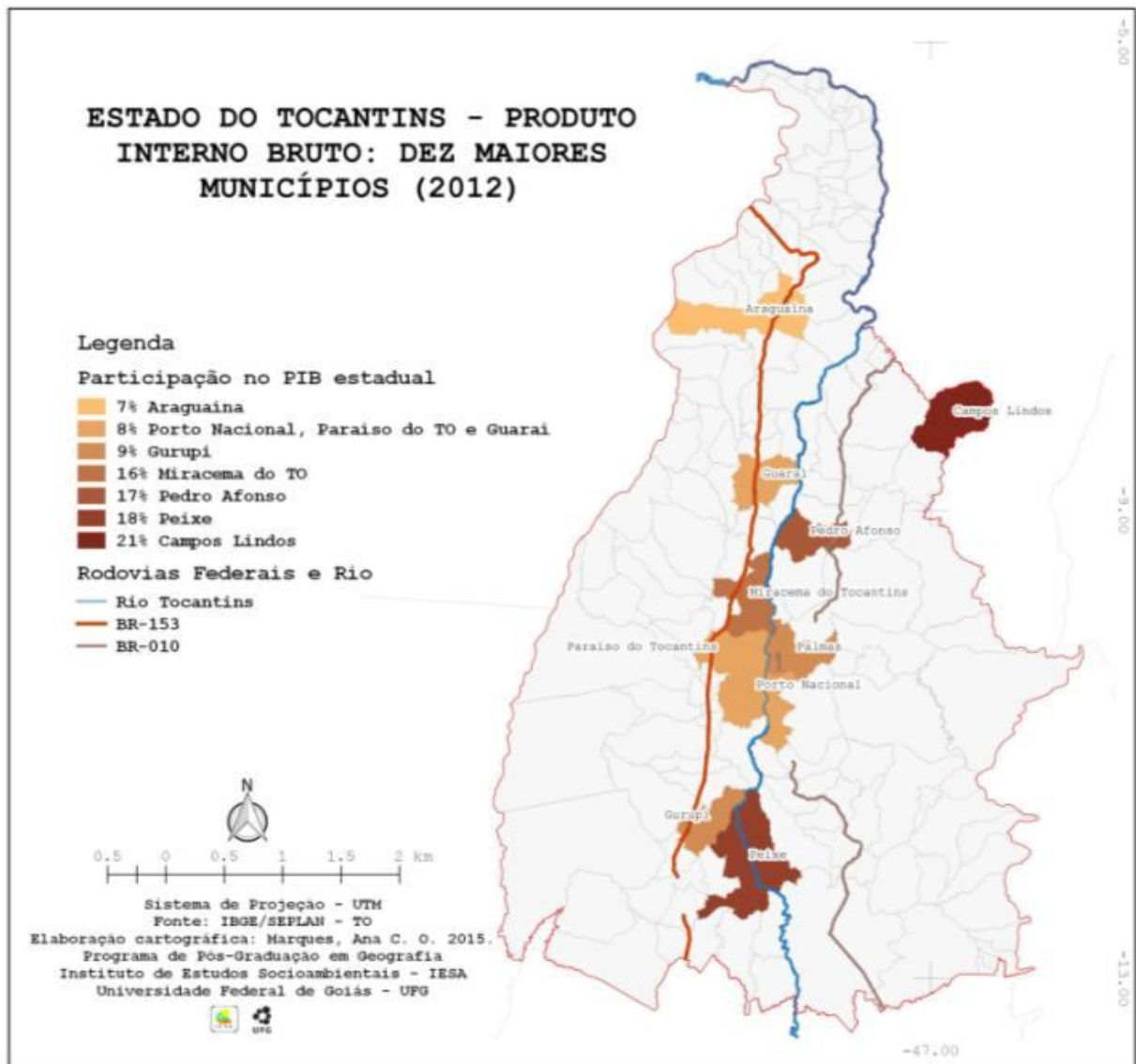
Mapa 1: Distribuição espacial dos dez municípios com os maiores quantitativos populacionais, 2014.



Os efeitos da implantação de redes técnicas (BR-153 e BR-010) e da disposição de elementos naturais (o Rio Tocantins) na formação do território ganha, neste caso, uma expressividade espacial quase evidente. Além destes, é notável a influência de Palmas na formação de um núcleo populacional no centro do estado, composto por mais três municípios: Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional. É essa a ideia-força por trás da “Região Metropolitana de Palmas”, bastante contestada por estudiosos da produção do espaço urbano.

Outro dado que contribui na qualificação do espaço urbano no estado do Tocantins é a participação dos municípios no Produto Interno Bruto (Mapa 2).

Mapa 2: Distribuição espacial dos dez maiores municípios em participação no PIB, 2012.



Novamente, assiste-se ao protagonismo das rodovias federais na localização de nove dos dez municípios tocantinenses com as maiores participações no PIB. Foge ao padrão o município de Campos Lindos, situado na fronteira Tocantins-Maranhão – zona de expansão do agronegócio brasileiro.

Apesar da relevância das BR no destaque populacional e econômico de um conjunto espacial em território tocantinense, dados da SEPLAN-TO expressam uma evolução inexpressiva da malha rodoviária sob a jurisdição do governo federal, entre os anos de 2000 e 2013. Para as rodovias pavimentadas, sob a jurisdição do governo estadual, os investimentos, no mesmo intervalo de tempo, duplicaram. Dois movimentos podem ser apontados: 1. O estado do Tocantins segue desempenhando o papel, sob o ponto de vista econômico em escala nacional, de “ligação” do Norte ao resto do país – representando, nesse sentido, um portal da Amazônia; 2. O fortalecimento da infraestrutura e logística do território derivam da aliança entre o poder público estadu-

al e a iniciativa privada, sobressaindo esta última. Esta segundo hipótese segunda hipótese pode ser ainda pensada por outra ótica: a da natureza dos agentes territoriais: em 2014, 87% das empresas em território tocantinense eram de propriedade privada; o restante se dividia entre empresa pública, cooperativa e de economia mista (SEPLAN/TO, 2015).

Enfim, os elementos de natureza situacional trazidos “à tona” neste fragmento do artigo permitem não só abrir o debate, mas elevá-lo ao plano da representação: de qual cidade falamos e a partir de qual perspectiva.

3 REPRESENTAÇÕES DA URBANIZAÇÃO DO TOCANTINS

É comum migrantes tocantinenses, especialmente em razão de estudos, ao vincularem a sua vida nos estados do sudeste brasileiro, do sul e mesmo do centro-oeste, ouvirem algo assim: “Ah, você mora em Tocantins, é longe hein!!!”. A representação pode ser feita em forma de pergunta: “Tocantins fica no Norte ou no Centro-oeste?”. Outros dizem: “Palmas é conhecida, razoavelmente conhecida, Tocantins, não”.

Por certo palpita no inconsciente coletivo transformado em imaginário geográfico provido de uma leitura totalizante do país, uma imagem: *“o Estado do Tocantins é uma sobra do Estado de Goiás, o lado pobre de Goiás antes de 1988, quando foi criado”*. Ouve-se, também, outras imagens com teor mais sofisticados: *“Tocantins é o reduto de antigos coronéis de Goiás; o lugar em que latifúndio e desmando se harmonizam”*. E ainda é possível ouvir: *“veja, como o Brasil é um país grande e ainda desconhecido”*. E pode haver representações ao modo do pensamento colonial: *“o norte do país ainda é uma porção a ser colonizada”* e *“isso aqui não muda, estamos na época de Pedro Álvares Cabral”*.

Ocorre também o contrário. Professores e pós-graduandos que migram do Sudeste do país ou do Centro-oeste dizem: *“aqui é mais tranquilo, a vida é mais barata, há mais oportunidades de trabalho e de crescimento”*; *“eu não quero sair daqui, encontrarei aqui tranquilidade e mais possibilidade de mudar as coisas”*.

Algumas representações saem da visão rápida e do senso comum e tentam armar condutas analíticas: *“há problemas na estrutura do poder, que é tradicional; existe uma herança forte do mandonismo da fazenda, mas há também possibilidades transformadoras e criativas. O lugar é receptivo às mudanças em muitos setores, não podemos desmembrar o Tocantins do Brasil...”*.

Este ponto instrui: as representações, além de serem planos discursivos de determinadas ordens de saber e de poder, revelam vontades de legitimação e de criação de verdades daqueles que a realizam. São saberes, narrativas de experiências, ideologias, dialogismos. A questão é, então, interpretar a sua organização subjacente, seus móveis teóricos, as suas intencionalidades, os lugares dos sujeitos que as desenvolvem.

Pode-se, então, partir de uma premissa: pensar a urbanização de Tocantins enlaça necessária – e obrigatoriedade – uma leitura do Brasil, de suas diferenciações, de suas cisões, de seus lugares e das disputas entre as classes que ao representarem, defendem e legitimam o seu lugar como brasileiro. Trata-se, pois, conforme assinala o geógrafo Carlos Walter P. Gonçalves (2006), de superar uma leitura sudestecêntrica do país, geralmente fundada no industrialismo, no mercantilismo e na ordem colonizadora importada da visão europeia.

A categoria de análise, utilizada por geógrafos como Moreira (2006), Umbelino de Oliveira (2007), Lira (1995) e outros na formatação de representações críticas, é a divisão territorial do trabalho. Por meio dessa categoria é possível perceber os espaços/tempos diferenciais do Brasil, suas concatenações e suas desigualdades e diversificações.

Esse percurso, conforme o Geógrafo Roberto Lobato Côrrea, possibilita entender que

“O capitalismo industrial criou, desfez e refez unidades regionais nos diferentes continentes... As regiões preexistentes, refeitas ou recém-criadas... tornaram-se articuladas, originando uma economia mundial cuja configuração espacial que se assentava em um único mosaico passou a se tornar cada vez mais complexa, constituída de regiões de diversas dimensões, formas e conteúdos (Côrrea, 2005, 189/190)”.

Nesta ordem a divisão regional do trabalho foi consumada na lógica de construção da sociedade brasileira. A força econômica, demográfica e política do sudeste do país ecoa como controle cultural, ou por uma espécie de subcolonialismo interno. Contudo, um olhar totalizante do Brasil faz verificar que as cisões aparentes entre litoral e sertão, norte e sul, leste e oeste respondem pelo desenvolvimento desigual da geografia da acumulação nacional, que, por sua vez, esteve – e está – instalada na ordem de um sistema-mundo. Assim, a divisão regional está ligada à divisão internacional do trabalho, portanto, a desigualdade e a diferença regionais respondem pelo lugar de cada porção do país num processo de espoliação internacional.

A ordem explicativa dessas porções, por exemplo, da urbanização de Tocantins, torna-se um empreendimento escalar. Na dialética interno-externo e vice-versa, os denominados “territórios do Sertão”, cumpriram, desde o início da formação socioespacial brasileira, várias funções, como a entrega de minérios, oferta de carne bovina, reserva territorial, até o atual momento marcado pela força do agronegócio. A partir dessas considerações, poder-se-ia interpretar as representações da urbanização do Tocantins.

4 MÚLTIPLOS OLHARES

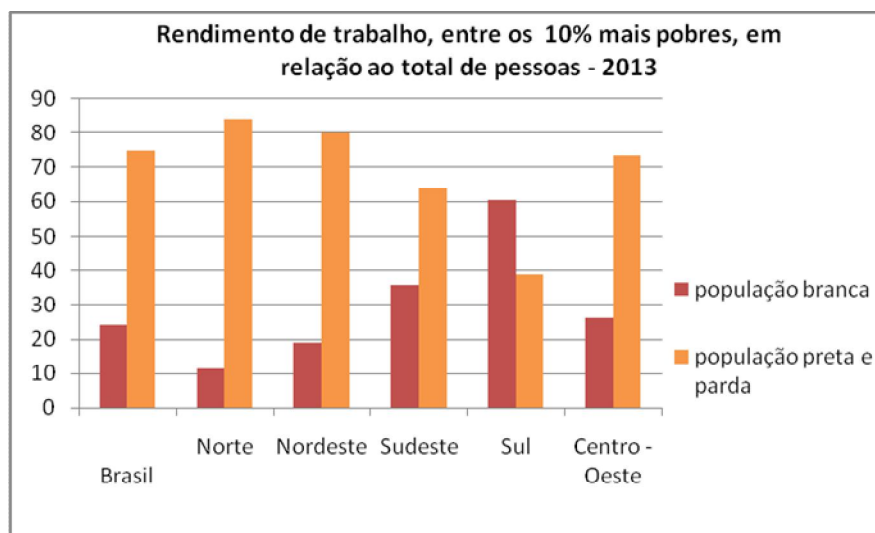
Ao observar a estrutura econômica das metrópoles brasileiras constata-se uma profunda diferenciação.

Metrópoles brasileiras divididas de acordo com suas regiões			
REGIÃO	Metrópoles	Nº de municípios	Participação no PIB nacional
CENTRO -OESTE	Brasília	298	6,91
	Goiânia	363	2,80
NORDESTE	Fortaleza	786	4,47
	Recife	666	4,71
	Salvador	486	4,89
NORTE	Belém	161	2,02
	Manaus	72	1,68
SUL	Curitiba	666	9,87
	Porto alegre	733	9,74
SUDESTE	Belo horizonte	698	7,47
	Rio de janeiro	264	14,39
	São paulo	1.028	40,57

Fonte: Censo demográfico do IBGE, 2010. Elaboração: CHAVEIRO, Eguimar F. nov. 2015.

Percebe-se que o chamado Centro-sul incluindo as regiões Sul e Sudeste dominam mais de 70% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional. As metrópoles da região Norte não chegam a 5% do PIB do país. Fora a diferenciação relativa à estrutura econômica, outros componentes como força política, liderança cultural, estrutura demográfica e outros mostram os níveis de diferenciação do território brasileiro em se tratando desse aspecto: o processo de metropolização.

A leitura do rendimento de trabalho entre os mais pobres com ligação à classe raça-etnia mostra que, neste aspecto, a região Norte tem um ressalto de pobreza enquanto a região Sul tem menores índices.



Elaboração: CHAVEIRO, Eguimar F. nov. 2015.

A discrepância entre brancos e negros relativa à renda no Norte mostra ainda o cerne da estrutura territorial brasileira: a desigualdade regional possui ligação direta com a desigualdade social que, por sua vez, repercute nas desigualdades étnicas. No caso específico do Tocantins, há um problema de ambigüidade territorial que repercute nas representações feitas de sua urbanização: o fato de pertencer à Amazônia Legal, embora com raízes históricas e institucionais com o Cerrado; e com influências culturais do nordeste brasileiro. Ferreira (2015, pag 68) explica:

“É nesse cenário, sobre o prisma do capitalismo que a Amazônia Legal se materializa. A mesma é uma região arquitetada por um recorte espacial que engloba várias unidades federativas, sem levar em conta as características morfogeológicas, de vegetação ou geográficas, mas eminentemente para fins político-econômicos. Sua atual área de abrangência é constituída por nove estados da federação, sendo: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (até a oeste do meridiano de 44°). Totalizando uma área de cerca de 5.217.423 km², correspondente a aproximadamente 61% do território brasileiro”.

Um professor ao falar da especificidade da urbanização do Tocantins disserta:

“Não se pode enquadrar a influência da urbanização em nenhuma das teses apresentadas geralmente: não é uma urbanização típica do Cerrado como a de Goiás, nem da Amazônia, que foi feita pela ingerência de um decreto. É uma urbanização que possui a sua história e sua especificidade, é diferente do Cerrado e diferente da Amazônia. E aqui há também uma diferenciação interna, por exemplo, entre as cidades históricas do ouro; as cidades da criação do Gado, e a força que tem Palmas, uma cidade que é um arremedo de Brasília”.

A procura de uma especificidade da urbanização de Tocantins é, em alguns casos, sustentada por números. Um estudioso do campo adverte:

“Veja você: 113 municípios possuem menos de 10.000hab. Isso equivale a 80% do total; entre 10.000 e 20.000hab. há somente 16 municípios, cerca de 11%; e de 20.000 à 50.000hab, apenas 7 municípios; e acima de 50.000 apenas 3 municípios. O Estado do Tocantins inteiro não chega a 1.400.000hab. Esses números podem nos indicar algumas conclusões: as cidades são precárias, possuem modos de vida tradicional, o que não é ruim, pois não foram atingidas totalmente pela modernização conservadora, mas mantém laços políticos conservadores, preconceitos, machismos”.

A ligação da estrutura das cidades e dos municípios com a política, a cultura e o processo geral de modernização é outro ingrediente de uma representação:

“Algumas cidades se aparelham, possuem serviços, recebem migrantes e tem maiores condições de prestação de serviços em função de sua ligação com o agronegócio, com a agricultura comercial. Há outras cidades que perdem população, há regiões bastante pobres, como a do Jalapão, pois mesmo com o turismo, não se modernizou. Mas a questão não é essa somente: como dinamizar essas cidades. Os jovens saem, têm que sair, vão procurar a vida em Palmas, Goiânia, em outros lugares. Eles estão certo. Então, o problema é o modelo econômico”.

Uma professora de Universidade apresenta a sua posição:

“O Estado do Tocantins tem uma urbanização diferenciada a partir de diferentes influências e interações, vamos dizer assim: tem cidades que se parecem com as cidades amazônicas, eu vim de um congresso no Pará, vi como são semelhantes, a morfologia, as ruas, o jeito das pessoas, os hábitos; há aquelas que estão ligadas ao norte de Goiás e há outras que estão ligadas ao nordeste, especialmente ao Maranhão. E não podemos deixar de falar de Palmas: uma cidade que nasceu para abrigar a elite e por isso, embora tenha um urbanismo fora do lugar, ainda não tem uma cultura dos grandes centros urbanísticos”.

Ao analisar a rede urbana do Tocantins a partir da construção de Palmas, a geógrafa Kelly Bessa pondera:

“A rede urbana encontrava-se bastante desarticulada, especialmente, pela desigual espaço-temporalidade dos processos em curso, que resultaram em uma profunda reorganização desse espaço. A capital estadual - Palmas - aparece, inicialmente, exercendo papéis de controle sobre o espaço e sobre parcelas da produção regional, por meio das funções urbanas de natureza político-administrativa e, assim, estabelece-se uma nova hierarquia. Tal hierarquia foi, posteriormente, reforçada e alargada por meio das funções comerciais e de prestação de serviços (público e privado) que se ampliaram e se diversificaram, resultando em maior distinção. Tanto Araguaína como Gurupi e Porto Nacional foram esvaziados de parcelas de suas funções, especialmente as de comando regional, pois o centro que passa a sediar o poder político-administrativo assegura relativa importância junto à sua área de influência, aí incluídos o campo e os centros subordinados. Assim, passa a ter seu papel definido pelo amplo comando regional, por sua capacidade de exercício do poder político e de controle sobre a atividade econômica, pela capacidade de atender as demandas regionais e pela capacidade de manter interações verticais, resultando numa profunda diferenciação, marcada pela redefinição hierárquica e, conseqüentemente, pela reatualização da rede urbana (2015, pag 14).

Um pesquisador de Palmas revela: *“Palmas é uma cidade de fantasia, eu digo fantasia porque ela não revela o lugar, ela é mais um golpe da elite”.* O fato é que a construção de Palmas e a estrutura urbanística da cidade parecem dissociar-se das

condições históricas da urbanização de Tocantins. Isso conduziu a professora da Universidade Federal de Goiás, Valéria Cristina Pereira da Silva (2010), a analisar o projeto de construção de Palmas-TO, por meio do tempo.

As representações urbanas ao encontrarem apoio em gente do Movimento Social ganham outros repertórios:

“Nós temos que pensar as condições sociais da cidade sem separar das condições do campo. Aqui cada vez mais vemos que o agronegócio se impõe como uma força no campo e na cidade. Assim, não podemos separar cidade e campo. Todavia, o agronegócio não é capaz de estruturar totalmente uma cidade, um território porque há a história, a vida das pessoas, o passado não é extinto de uma hora para outra. Pensar a cidade e o campo pelo conflito social permite a gente ultrapassar barreiras locais, falamos de um sistema, um sistema desumano, bruto”.

Ao mostrar diferentes imagens da urbanização do Tocantins, poder-se-ia sintetizar que esta urbanização não se filia ao regime normativo da Amazônia Legal. Percebeu-se, também, que o avanço do arco do agronegócio juntamente com a construção de Palmas são elementos que coordenam novos arranjos dessa urbanização. Destaca-se, ainda: a especificidade dessa urbanização é mediada pela desigualdade regional do país, contudo é uma especificidade entrelaçada instruída por redes de interação e de mudanças históricas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão em torno das representações da urbanização de Tocantins nos exigiu definir, de início, alguns apoios teóricos. Dentre os quais, entendemos que, em termos macro, Tocantins se instala no que tem sido denominado “urbanização do Sertão”. Isto é, a morfologia, as razões históricas, a configuração demográfica, a organização da rede urbana tocantinense se configura conforme o lugar desse território na divisão regional do trabalho.

Essa tomada de posição nos fez evitar separar Tocantins da formação socioespacial brasileira. Em outros termos estávamos alertando: a urbanização brasileira é diferenciada, é marcada por traços, aspectos e conteúdos que se configuram numa espacialidade diferencial.

A apresentação das características demográficas dos municípios, a influência das políticas governamentais de infraestrutura, o mapeamento do percurso territorial da urbanização pode, também, mostrar que no interior do Tocantins há diferenciações. Essas repercutem na economia, nas interações entre as cidades e, inclusive, nas atividades culturais.

As representações colhidas de intelectuais, moradores e gente dos Movimentos Sociais apresentam perspectivas diversas. Todavia, alguns pontos são relevantes, entre eles, a construção de Palmas como marco e referência aglutinadora da vida social

tocantinense. A capital planejada expressa ainda táticas de poder da classe dominante; configura-se como preceito do saber e da ideologia; apropria-se do imaginário da modernidade e recoloca a imagem do território numa ambiguidade temporal, por exemplo, entre a tradição de um poder controlado por coronéis e o código urbanístico modernizado.

Descobrimos, ao interpretar as representações da urbanização do Tocantins, que não convém, para efeito de uma análise totalizante dessa urbanização que não abandona as suas particularidades, referir-se apenas a partir de chaves estanques vertida a uma ou outra influência, como a ligação com a Amazônia, com o Cerrado ou com o Nordeste. O seu lugar de fronteira em movimento internaliza as influências, contudo dando-lhes um caráter especificador por meio do seu espaço herdado, de sua cultura e das práticas sociais de seus sujeitos.

REFERÊNCIAS

- BESSA, Kely. **Periodização e diferenciação espacial no segmento de rede urbana do Tocantins**, (em prelo), 2015.
- CORRÊA, Roberto L. **Trajelórias Geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 304p
- GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antônio; BARBOSA, Altair S. **Geografia: Goiás-Tocantins**. 2 ed. Goiânia: Editora da UFG, 2005.
- FERREIRA, Rogério C.; BESSA, Kelly. **Os principais centros de gestão do território no Tocantins: o papel das corporações empresariais na reestruturação da rede urbana**. Porto Nacional, 2012. 23p. (Relatório final de pesquisa).
- FERREIRA, Rogerio C. **Cartografia da desigualdade regional no Tocantins: as microrregiões do Tocantins mediante os indicadores socioeducacionais**. Dissertação de mestrado – UFT-Porto Nacional – 2015.
- IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Banco de dados “estados”. Brasil. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 nov. 2015.
- LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas (TO)**. Dissertação (Mestrado) – Unesp, Presidente Prudente, 1995.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.
- PEREIRA DA SILVA, Valéria Cristina. **Palmas, a última capital projetada do Séc. XX – uma cidade em busca do tempo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, UNESP, 2010.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4° ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SEGPLAN/TO – **Secretaria de Planejamento e Orçamento do Tocantins**. Estado do Tocantins. Disponível em: < <http://seplan.to.gov.br/> >. Acesso em: 27 nov. 2015.
SILVA, VCP. **Palmas, a última capital projetada do século XX**: uma cidade em busca do tempo. [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 294 p. ISBN 978-85-7983-092-1.

Artigo recebido em 14 de julho de 2016.

Aprovado em 18 de julho de 2016.